

Demonstrações Financeiras

Stone Pagamentos S.A.

30 de junho de 2021
com Relatório dos Auditores Independentes

Stone Pagamentos S.A.

Demonstrações financeiras

30 de junho de 2021

Índice

Relatório da administração	1
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	4
Balancos patrimoniais.....	8
Demonstrações dos resultados	10
Demonstrações dos resultados abrangentes	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

Relatório da administração

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Stone Pagamentos S.A. (“Stone” ou “Companhia”) relativas aos exercícios findos em 30 de junho de 2021 e 2020.

Mensagem da Administração

Com a retomada da economia após a segunda onda do COVID-19, nosso negócio demonstrou forte crescimento no período. Nosso TPV transacionado por PMEs (incluindo offline e online) quase dobrou no segundo trimestre de 2021 comparado ao mesmo período do ano anterior, com um CAGR de 2 anos acima do crescimento do mercado, resultando em ganhos de market share na operação.

Além disso, atingimos aproximadamente 766.500 clientes de pagamentos. O número de contas bancárias digitais ativas cresceu 43% no segundo trimestre de 2021 comparado ao trimestre anterior, atingindo 340.100, com aumento de ativação e 272.600 lojistas usando a Stone como conta de liquidação primária. Além disso, continuamos aumentando o engajamento com as nossas soluções, com 48% dos clientes de pagamentos utilizando ao menos uma solução financeira além de Adquirência.

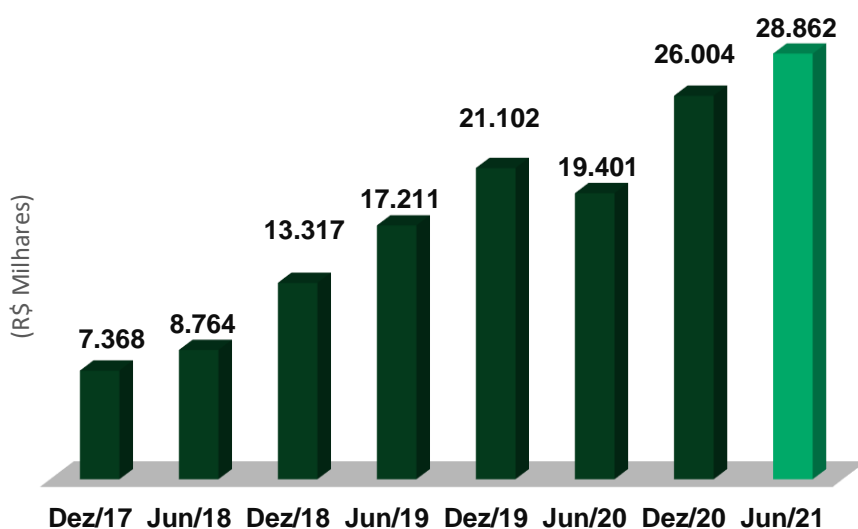
Por outro lado, estamos passando por desafios de curto prazo na nossa solução de crédito, como resultado de maior NPL e menor expectativa de recuperação de clientes inadimplentes. Acreditamos que o mau funcionamento do sistema de registro de recebíveis teve um papel relevante nessa pior performance e que a situação será normalizada nos próximos meses.

Continuamos comprometidos em ajudar nossos lojistas com as diversas necessidades que eles têm, ajudando-os a serem mais produtivos e venderem mais.

Nas seções a seguir, fornecemos alguns detalhes sobre a evolução de nossos negócios.

Total de ativos

Em 30 de junho de 2021, os ativos totalizaram R\$ 28.862 milhões, apresentando um aumento de 11% em relação ao total de ativos em 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$ 26.004 milhões.

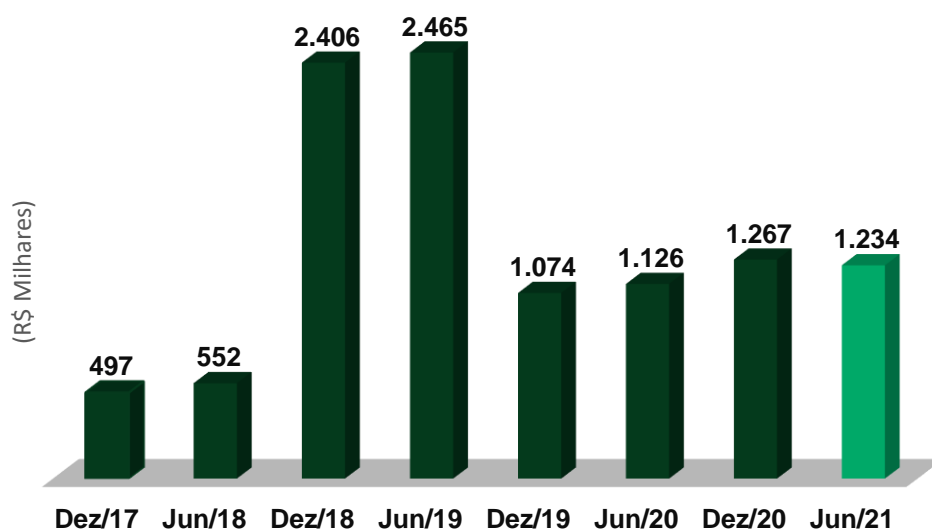


Destacamos abaixo as principais movimentações no total de ativos:

- **Contas a receber de emissores:** O principal ativo da Stone refere-se a valores a receber de bancos emissores de cartões, decorrente das transações realizadas com cartões de crédito e débito. O saldo das contas a receber de emissores, incluindo aquelas que foram cedidas com retenção de riscos e benefícios, totalizou R\$ 16.812 milhões em 30 de junho de 2021, representando um aumento de 4,4% em relação ao saldo de R\$ 16.103 milhões em 31 de dezembro de 2020. O aumento no saldo é reflexo do crescimento do TPV processado pela Companhia em 30 de junho de 2021.
- **Títulos e valores mobiliários:** O saldo de títulos e valores mobiliários aumentou de R\$ 5.153 milhões em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 6.580 milhões em 30 de junho de 2021, devido principalmente ao aumento no investimento em cotas do FIDC TAPSO.
- **Caixa e equivalentes de caixa:** O saldo de caixa e equivalentes de caixa passou de R\$ 1.269 milhões em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 937 milhões em 30 de junho de 2021, pois dado o cenário econômico atual, a Companhia definiu manter um caixa disponível mais enxuto.

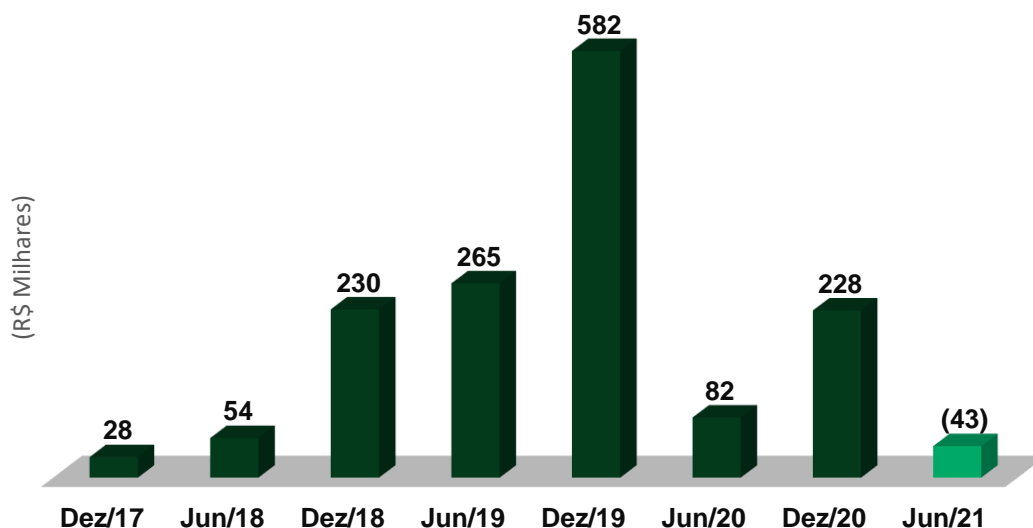
Patrimônio líquido

Em 30 de junho de 2021, o patrimônio líquido totalizou R\$ 1.234 milhões, representando uma redução de R\$ 33 milhões em relação ao patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$ 1.267 milhões.



Resultado

No primeiro semestre de 2021, tivemos um prejuízo de (43) milhões, representando uma redução de 153,3% em relação ao lucro líquido do semestre findo em 30 de junho de 2020, no montante R\$ 82 milhões.



Destacamos abaixo os principais impactos no resultado:

- **Receitas:** As receitas operacionais, que contemplam serviços de transações de pagamento, aluguel de equipamentos e antecipação de obrigações por transações de pagamento, totalizaram R\$ 880 milhões, líquido de impostos, no semestre findo em 30 de junho de 2021, um aumento de 25,0% em relação ao total de R\$ 704 milhões no semestre findo em 30 de junho de 2020. Apesar dos efeitos do COVID-19, em relação ao mesmo período do ano anterior, a Stone teve seu faturamento aumentado. O aumento deve-se basicamente ao crescimento do número de clientes ativos e volume total processado, em linha com a estratégia da Stone de penetração no mercado de clientes de pequeno e médio porte.
- **Custo dos serviços prestados:** O aumento do custo dos serviços prestados, de R\$ 143 milhões no semestre findo em junho de 2020, para R\$ 228 milhões no semestre findo em junho de 2021, deve-se principalmente a (i) maiores investimentos em nossas equipes de tecnologia e atendimento ao cliente e (ii) maiores custos de transação e implantação para suportar nossa operação.
- **Despesas de pessoal:** O aumento em despesas de pessoal é dado pelo acréscimo no quadro de funcionários da Stone, reflexo do crescimento da Companhia.
- **Participação em coligadas e controladas:** A Companhia possui participação direta nas empresas MNL T Soluções de Pagamento S.A., Pagar.me Pagamentos S.A., e Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. No semestre findo em 30 de junho de 2021, o resultado de participação em controladas foi de R\$ 63 milhões, enquanto no semestre findo em 30 de junho de 2020 foi de R\$ 114 milhões.

A Administração.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Stone Pagamentos S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Stone Pagamentos S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Stone Pagamentos S.A. em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Processo de reconhecimento das receitas operacionais

Conforme divulgado na nota explicativa nº 3(m), as principais receitas operacionais da Companhia são decorrentes, principalmente: (i) da captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito, as quais são apropriadas no resultado da Companhia, líquidas de taxas de repasse aos bancos emissores e às bandeiras, na data do processamento das transações, (ii) das rendas de aluguel de equipamentos, representadas pelo montante recebidos dos estabelecimentos credenciados ao sistema da Companhia, a título de aluguel, pela disponibilização dos equipamentos de captura das transações com cartões e (iii) das rendas com as antecipações de recebíveis aos estabelecimentos credenciados, mensuradas pela diferença entre o valor original a pagar e o valor efetivamente antecipado. Em 30 de junho de 2021, o saldo de contas a receber de emissões de cartões e a receita líquida de serviços de transações de pagamentos e outros serviços totalizaram R\$ 13.230.343 mil e R\$ 556.400 mil, respectivamente, a receita de serviços de assinatura e atividades de aluguel totalizaram R\$ 200.734 mil e a receita líquida por antecipações de obrigações de transações de pagamentos totalizaram R\$ 122.769 mil. Em razão da relevância do processo de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações, bem como dos valores envolvidos, consideramos essa área como principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, os seguintes procedimentos: (i) testes documentais relacionados ao processo de registro e monitoramento dos saldos de balanços patrimoniais e de resultado relacionados às transações incorridas (captura, autorização, processamento, serviços de liquidação fornecidos pelas redes do sistema de pagamento e emissores de cartões, pré-pagamentos ao clientes de seus recebíveis parcelados e do resultado apurado com as antecipações de recebíveis aos estabelecimentos credenciados) levando em consideração aspectos de relevância e imprevisibilidade em nossa amostragem; (ii) testes de valorização do montante da receita a ser reconhecida como um percentual do valor total da transação; (iii) testes documentais relacionados ao processo de registro da receita de aluguel de equipamentos (valorização, liquidação e contabilização); e (iv) a avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras, incluídas nas notas explicativas nº 7 e 19.

Baseado no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o processo de reconhecimento das receitas operacionais, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração, assim como a respectiva divulgação das notas explicativas nº 7 e 19, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria

ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

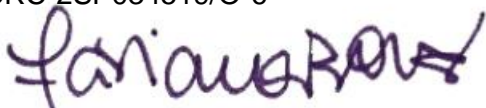
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 15 de setembro de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Fabiana de Barros Gomes Turri de Genaro
Contadora CRC-1SP241544/O-0

Stone Pagamentos S.A.

Balancos patrimoniais
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	30/06/2021	31/12/2020
Ativo			
Circulante		24.844.969	22.957.655
Caixa e equivalentes de caixa	4	937.247	1.268.754
Disponibilidades		927.231	1.169.424
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	10.016	99.330
Instrumentos financeiros		23.744.906	21.534.058
Títulos e valores mobiliários	6a/6b	6.580.391	5.153.488
Instrumentos financeiros derivativos	6c	-	172
Contas a receber de emissores	7	13.230.343	10.871.442
Contas a receber de emissores vinculadas a cessão	8	3.581.805	5.231.865
Depósitos no Banco Central	15	57.217	123.488
Rendas a receber	9	96.525	92.337
(-) Provisões para perdas esperadas com risco de crédito		(32.124)	(28.170)
Outros ativos diversos	10	230.749	89.436
Outros créditos		59.825	108.769
Impostos e contribuições a compensar		49.121	92.946
Imposto de renda a recuperar		10.704	15.823
Outros valores e bens		102.991	46.074
Despesas antecipadas	11	102.991	46.074
Não circulante		3.962.761	3.046.117
Realizável a longo prazo		467.994	191.939
Instrumentos financeiros		116.374	46.957
Rendas a receber	9	30.626	28.770
Outros ativos diversos	10	85.748	18.187
Outros créditos		168.069	144.982
Ativos fiscais diferidos	29b	168.069	144.982
Outros valores e bens		183.551	-
Despesas antecipadas	11	183.551	-
Investimentos	12	2.720.867	2.247.983
Participações em coligadas e controladas		2.682.940	2.191.209
Ágio na aquisição de investimentos		37.927	56.774
Imobilizado de uso	13	632.720	498.750
Instalações, móveis e equipamentos de uso		971.502	756.766
(-) Depreciação acumulada		(338.782)	(258.016)
Intangível	14	141.180	107.445
Ativos intangíveis		197.557	148.191
(-) Amortização acumulada		(56.377)	(40.746)
TOTAL DO ATIVO		28.807.730	26.003.772

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Stone Pagamentos S.A.

Balancos patrimoniais
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Passivo			
Circulante		27.049.767	24.193.177
Depósitos e demais instrumentos financeiros		26.883.486	23.981.007
Depósitos	15	786.098	654.699
Instrumentos financeiros derivativos	6c	744	2.659
Obrigações por empréstimos	16	1.696.886	390.363
Contas a pagar a estabelecimentos	3e	11.693.694	9.229.389
Obrigações vinculadas a cessão	8	3.510.098	5.163.778
Obrigações sociais e estatutárias	17a	55.012	172.855
Outros passivos diversos	17c	9.140.954	8.367.264
Outras obrigações		166.281	212.170
Provisão para pagamentos a efetuar		132.779	102.843
Impostos e contribuições a recolher	17b	33.502	109.327
Não circulante		523.741	543.107
Instrumentos financeiros		406.914	404.055
Obrigações por empréstimos	16	399.351	399.083
Outros passivos diversos	17c	7.563	4.972
Outras obrigações		116.827	139.052
Provisão para pagamentos a efetuar		71.567	72.714
Obrigações fiscais diferidas	29b	39.747	58.009
Provisão para contingências	30b	5.513	8.329
Patrimônio líquido	18	1.234.222	1.267.488
Capital social		869.445	869.445
Reserva de capital		131.657	87.011
Reserva de lucros		395.234	431.202
Prejuízos acumulados		(43.456)	-
Outros resultados abrangentes		(118.658)	(120.170)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		28.807.730	26.003.772

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Stone Pagamentos S.A.

Demonstrações dos resultados

Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Nota</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Receitas operacionais	19	879.903	703.649
Receita líquida de serviços de transações de pagamento e outros serviços		556.400	404.890
Receita líquida de aluguel de equipamentos		200.734	153.809
Receita líquida por antecipação de obrigações de transações de pagamento		122.769	144.950
Resultado bruto da intermediação financeira		18.689	(62.977)
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários		229.577	123.977
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		(2.738)	(120)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	20	(184.966)	(159.158)
Despesas com operações de empréstimos	16	(23.184)	(27.676)
Outras receitas (despesas) operacionais		(1.008.426)	(652.934)
Custo dos serviços prestados	21	(227.655)	(143.430)
Despesas de pessoal	22	(409.687)	(272.434)
Despesas administrativas	23	(154.461)	(80.102)
Depreciação e amortização	12/13/14	(122.035)	(94.593)
Despesas de provisões	24	(20.124)	(12.062)
Outras receitas operacionais	25	8.654	13.630
Outras despesas operacionais	26	(83.118)	(63.943)
Resultado operacional		(109.834)	(12.262)
Resultado de participação em controladas e coligadas	12	62.835	113.970
Resultado não operacional	27	(3.627)	(16.595)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		(50.626)	85.113
Imposto de renda e contribuição social	29a	46.895	21.801
Provisão para imposto de renda		34.332	16.996
Provisão para contribuição social		12.563	4.805
Participações no lucro		(39.725)	(25.368)
Lucro líquido (prejuízo) do semestre		(43.456)	81.546
Lucro líquido (prejuízo) por ação (R\$)		(0,28)	0,52

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Stone Pagamentos S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Lucro líquido (prejuízo) do semestre		<u>(43.456)</u>	<u>81.546</u>
Outros resultados abrangentes		<u>1.512</u>	<u>(4.086)</u>
Itens que serão reclassificados para o resultado	6c	<u>1.512</u>	<u>(4.086)</u>
Perda não realizada de hedge de fluxo de caixa - transação altamente provável		2.291	(6.191)
Efeito tributário sobre item acima		(779)	2.105
Resultado abrangente do semestre		<u><u>(41.944)</u></u>	<u><u>77.460</u></u>
Atribuível a:			
A própria instituição		<u>(41.944)</u>	<u>77.460</u>
		<u><u>(41.944)</u></u>	<u><u>77.460</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Stone Pagamentos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		869.445	61.833	261.344	(118.658)	-	1.073.964
Pagamento baseado em ações	31	-	3.867	-	-	-	3.867
Efeito reflexo de pagamento baseado em ações de controladas	12	-	930	-	-	-	930
Perda não realizada de hedge de fluxo de caixa - transação altamente provável, líquida de impostos		-	-	-	(4.086)	-	(4.086)
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	81.546	81.546
Destinações do lucro líquido do semestre:							
Reserva legal	18c	-	-	4.077	-	(4.077)	-
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,1921/ação)		-	-	-	-	(29.907)	(29.907)
Saldos em 30 de junho de 2020		869.445	66.630	265.421	(122.744)	47.562	1.126.314
Saldos em 31 de dezembro de 2020		869.445	87.011	431.202	(120.170)	-	1.267.488
Pagamento baseado em ações	31	-	43.163	-	-	-	43.163
Efeito reflexo de pagamento baseado em ações de controladas	12	-	1.483	-	-	-	1.483
Perda não realizada de hedge de fluxo de caixa - transação altamente provável, líquida de impostos	6c	-	-	-	1.512	-	1.512
Variação no ajuste a valor de mercado de controlada		-	-	-	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório		-	-	(4.746)	-	-	(4.746)
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,2006/ação)	18d	-	-	(31.222)	-	-	(31.222)
Prejuízo do semestre		-	-	-	-	(43.456)	(43.456)
Saldos em 30 de junho de 2021		869.445	131.657	395.234	(118.658)	(43.456)	1.234.222

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Stone Pagamentos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Lucro líquido (prejuízo) do semestre		(43.456)	81.546
Ajustes ao lucro líquido:		(92.101)	(96.048)
Depreciação e amortização	12/13/14	122.035	94.593
Imposto de renda e contribuição social diferidos	29	(42.765)	(17.303)
Equivalência patrimonial	12	(62.835)	(113.970)
Receitas financeiras, líquidas		(201.915)	(91.810)
Provisão para contingências	30b	3.267	2.628
Provisão para perdas esperadas relativas às operações de crédito		-	5.531
Provisão para perdas operacionais	24	16.857	3.903
Perda na baixa e alienação de bens		30.092	16.513
Pagamento baseado em ações	31	43.163	3.867
Variações nos ativos e passivos		(568.679)	2.895.718
Títulos e valores mobiliários		(1.004.278)	2.366.337
Contas a receber de emissores		(2.253.804)	255.895
Contas a receber de emissores vinculadas a cessão		1.729.929	1.224.267
Rendas a receber		(6.044)	(23.393)
Outros créditos diversos		(45.836)	(9.684)
Despesas antecipadas		(240.468)	2.776
Contas a pagar a estabelecimentos		2.337.392	108.957
Obrigações sociais e estatutárias		(75.283)	(40.979)
Impostos e contribuições a recolher		(47.717)	(3.136)
Obrigações vinculadas a cessão		(1.653.680)	(1.119.259)
Outras obrigações diversas		788.683	229.633
Juros pagos		(16.393)	(33.306)
Juros recebidos, líquidos		(58.053)	(8.151)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(23.127)	(54.239)
Caixa líquido das atividades operacionais		(704.236)	2.881.216
Aquisição de imobilizado	13	(371.834)	(141.976)
Valor recebido pela venda de imobilizado		95	-
Aquisição de ativos intangíveis	14	(51.124)	(31.448)
Aumento de capital em subsidiária	12	(430.000)	(10.000)
Caixa líquido das atividades de investimento		(852.863)	(183.424)
Captação de empréstimos	16	2.808.000	2.420.000
Pagamento de empréstimos		(1.508.000)	(3.580.000)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	18d	(73.845)	-
Caixa líquido das atividades de financiamento		1.226.155	(1.160.000)
Varição cambial de caixa e equivalentes de caixa		(563)	1.569
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(331.507)	1.539.361
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		1.268.754	85.155
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4/5	937.247	1.624.516
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(331.507)	1.539.361

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Stone Pagamentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Stone Pagamentos S.A. (“Companhia” ou “Stone”) com sede em São Paulo, Rua Fidêncio Ramos, 308 – 10º andar, foi constituída em 4 de dezembro de 2013. A Companhia tem como atividade principal a prestação de serviços para aceitação de cartões de crédito e débito em estabelecimentos comerciais e seu modelo de negócio compreende o credenciamento, instalação e manutenção de terminais eletrônicos para a captura, processamento, transmissão e liquidação financeira das transações com cartões de crédito e débito dos instituidores dos arranjos. A Stone também atua efetuando pré-pagamentos de transações com cartões aos estabelecimentos credenciados sobre transações já capturadas e processadas.

A Stone obteve, em 3 de julho de 2017, autorização para atuar como instituição de pagamento em funcionamento na modalidade credenciadora, concedida pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), e em 24 de abril de 2019 recebeu autorização para atuar como emissora de moeda eletrônica. Em decorrência da obtenção dessa autorização, a Companhia passou a adotar procedimentos aplicáveis às instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (“SPB”), inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, de acordo com critérios determinados pelo BACEN.

Em 04 de dezembro de 2019, após incorporação reversa da StoneCo Brasil Participações S.A. (“StoneCo Brasil”), a Companhia passou a ser controlada pela DLP Capital LLC, uma *holding* norte-americana que detém 100% das ações da Companhia, que por sua vez tem como controladora final a StoneCo Ltd. (“Grupo StoneCo” ou “Grupo”), empresa de capital aberto na bolsa de valores NASDAQ sob o código STNE, constituída nas Ilhas Cayman.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”), do BACEN e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (“COSIF”).

Em 1º janeiro de 2021 entrou em vigor a Resolução BCB nº 2/20, que consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelas instituições de pagamento. Conforme requerido e permitido pela norma, a Companhia alterou o seu modelo de divulgação de Demonstração do Resultado, tendo refletido nos saldos comparativos as devidas reclassificações. As demais peças contábeis não sofreram alterações significativas.

Após análises realizadas, não identificamos efeitos significativos na adoção desta norma nas demonstrações financeiras.

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas referem-se, basicamente, ao valor justo de instrumentos financeiros e de pagamento baseado em ações, determinação da vida útil dos ativos permanentes, redução ao valor recuperável de ativos não financeiros e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, para contingências e para impostos diferidos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas periodicamente.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 31 de agosto de 2021.

As demonstrações financeiras foram preparadas em Reais (R\$), sendo esta a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação.

3. Descrição das principais práticas contábeis

Os principais critérios adotados para a elaboração das demonstrações financeiras são os seguintes:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução do CMN nº 4.818/20, incluem dinheiro em caixa e aplicações interfinanceiras de liquidez, que são investimentos de curto prazo e alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e com prazo de vencimento, na data da aquisição, igual ou inferior a 90 dias.

b) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. As aplicações em operações compromissadas são classificadas em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

c) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/01, nas seguintes categorias:

- (i) *Títulos para negociação* - títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício.
- (ii) *Títulos mantidos até o vencimento* - títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.
- (iii) *Títulos disponíveis para venda* - títulos que não se enquadram para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 a Companhia não possuía títulos classificados nas categorias descritas nos itens (ii) e (iii).

O valor de mercado dos instrumentos financeiros, quando aplicável, é calculado com base em preços de mercado. Assim, quando da liquidação financeira destas operações, os resultados poderão ser diferentes das estimativas. Os instrumentos financeiros são negociados de forma ativa e frequente e preços baseiam-se em fontes de informações independentes em consonância com a Resolução do CMN nº 4.277/13.

d) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos principalmente para gerenciar a sua exposição a flutuações em taxas de câmbio.

A Companhia mensura seus instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor de mercado, de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02, de acordo com suas respectivas classificações, conforme a seguir:

(i) destinados a *hedge* de risco de mercado: ganhos e perdas são registrados no resultado do exercício; e

(ii) destinados a *hedge* de fluxo de caixa: ganhos e perdas relacionados à parcela efetiva do *hedge* são registrados em Outros resultados abrangentes, e eventual parcela inefetiva é reconhecida no resultado do exercício.

e) Transações de pagamento

Nas transações de débito, a Stone paga em até dois dias úteis o valor devido aos estabelecimentos comerciais. Nas transações de crédito, o pagamento depende da quantidade de parcelas. Se o pagamento é referente a uma transação de crédito à vista, ele ocorre trinta dias corridos após a captura da transação. Se o pagamento é referente a uma transação de crédito parcelado, o pagamento de cada parcela ocorre 30 dias após o seu vencimento.

f) Cessão de recebíveis

De acordo com as Resoluções do CMN nº 3.533/08 e 3.809/09, créditos de recebíveis cedidos desde 1º de janeiro de 2012, com retenção substancial dos riscos e benefícios, são reclassificados para rubrica específica no ativo "Contas a receber de emissores vinculadas a cessão" (Nota 8) em contrapartida aos valores recebidos que são registrados em rubrica no passivo "Obrigações vinculadas a cessão" (Nota 8).

g) Despesas antecipadas

Estão reconhecidas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos, a serem reconhecidos na competência apropriada.

h) Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base no valor do patrimônio líquido da controlada.

Ágio

O ágio corresponde ao valor pago excedente ao valor contábil dos investimentos adquiridos a valor justo, decorrente da expectativa de rentabilidade futura e sustentado por estudos econômico-financeiros que fundamentaram o preço de compra dos negócios.

O ágio fundamentado na previsão de resultados futuros é amortizado conforme os prazos de projeções que o justificaram, devendo ainda ser submetido anualmente ao teste de redução ao valor recuperável, ou com maior frequência, quando houver indicação de que a unidade geradora de caixa poderá apresentar redução no valor recuperável.

i) Ativo imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades do Companhia ou exercido com essa finalidade. Os bens do ativo imobilizado estão registrados ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais, de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo:

- Pin Pad e POS – 20%;
- Máquinas e aparelhos e equipamentos – 20%;
- Equipamentos de informática – 10% - 20%;

- Móveis e utensílios – 10%;
- Benfeitorias em propriedades de terceiros – 20% - 33%;
- Instalações – 10%;
- Equipamentos de telefonia – 20%;
- Veículos – 20%;
- Aeronave – 10%

j) Ativo intangível

Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade.

O custo de ativos intangíveis adquiridos corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (“*impairment*”), quando aplicável.

Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

A amortização dos ativos intangíveis é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

- Software – 20%;
- Licenças de uso de bandeiras – 20%;
- Marcas e patentes – 50%.
- Direito sobre contrato de representação – 33%.

k) Redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment*)

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do exercício, conforme previsto na Resolução do CMN nº 3.566/08.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos anualmente, exceto ativos fiscais diferidos, cuja realização é avaliada semestralmente.

Não foram identificadas perdas por *impairment* nos semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020.

l) Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda (“IRPJ”) é constituída com base nos rendimentos tributáveis pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para lucros excedentes a R\$ 240 no exercício. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”) é de 9% sobre o lucro tributável.

m) Apuração do resultado

(i) *Receitas operacionais*

As receitas operacionais são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, apurada em conformidade com o regime de competência e apresentada líquida de cancelamentos, descontos comerciais e outras deduções similares, assim como líquida dos impostos diretamente incidentes. Estão assim representadas na demonstração do resultado:

- “Receita líquida de serviços de transações de pagamento e outros serviços”: refere-se à captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito, sendo apropriadas ao resultado da Companhia, líquida das taxas de repasse aos bancos emissores e às bandeiras, na data do processamento das transações;
- “Receita líquida de aluguel de equipamentos”: refere-se às rendas de aluguel de equipamentos, representadas pelo montante recebido dos estabelecimentos credenciados ao sistema da Stone, a título de aluguel, pela disponibilização dos equipamentos de captura das transações com cartões. A receita é contabilizada de forma linear no mês de competência do aluguel; e
- “Receita líquida por antecipação de obrigações de transações de pagamento”: refere-se às rendas pelas antecipações de recebíveis aos estabelecimentos credenciados, mensuradas pela diferença entre o valor original a pagar aos estabelecimentos e o valor efetivamente antecipado.

(ii) *Resultado bruto da intermediação financeira*

- “Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários”: receita de juros e ganhos ou perdas provenientes da marcação a mercado das aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários;
- “Resultado com instrumentos financeiros derivativos”: ganhos e perdas relacionados às operações de *hedge* de risco de mercado, e à parcela inefetiva das operações de *hedge* de fluxo de caixa;
- “Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros”: registro das despesas relativas às obrigações assumidas em operações de venda ou de transferência de ativos financeiros que não foram baixados, integral ou proporcionalmente, apropriadas pela taxa efetiva da operação em função do prazo remanescente;
- “Despesas com operações de empréstimos”: despesa de juros incorridos das obrigações por empréstimos assumidas pela Companhia.

n) Pagamento baseados em ações

A Companhia possui planos de pagamento baseado em ações liquidados em ações, segundo os quais a administração se compromete com ações baseados no preço ou valor das ações para empregados e não empregados em troca de serviços.

As práticas contábeis utilizadas pela Companhia no que tange ao reconhecimento do pagamento baseado em ações está de acordo com as normas adotadas no Brasil (CPC 10) e aprovadas pelo BACEN. O custo de transações liquidadas em ações é mensurado pelo valor justo na data da outorga. O custo é registrado como despesa juntamente com um aumento correspondente no patrimônio líquido durante o período do serviço ou na data da concessão, quando a concessão se refere a serviços passados. A atividade relativa ao pagamento baseado em ações é discutida em mais detalhes na Nota 31.

o) Lucro por ação

É calculado com base na média ponderada de ações durante os períodos.

p) Resultado não recorrente

Conforme disposto na Resolução BCB nº 2/20, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Companhia e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Para o semestre findo em 30 de junho de 2021 foram identificados os efeitos abaixo (para o semestre findo em 30 de junho de 2020 não há resultado não recorrente).

- Resultado de títulos e valores mobiliários: a Companhia registrou uma despesa adicional de R\$ 79.857 na rubrica “Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários” na demonstração do resultado. Esta despesa foi registrada para refletir a expectativa de perda em aplicações em cotas de fundos investimento, dada a inadimplência observada nos ativos financeiros do fundo de investimento, no primeiro semestre de 2021.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Disponibilidades – em moeda nacional	920.436	1.158.123
Disponibilidades – em moeda estrangeira	6.795	11.301
Aplicações interfinanceiras de Liquidez (Nota 5)	10.016	99.330
	<u>937.247</u>	<u>1.268.754</u>

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	<u>Taxa média ponderada a.a.</u>	<u>30/06/2021</u>		
		<u>Faixa de vencimento</u>		
		<u>0 a 90 dias</u>	<u>91 a 365 dias</u>	<u>Total</u>
Operações compromissadas	93% - 99,5% DI (*)	10.016	-	10.016

	<u>Taxa média ponderada a.a.</u>	<u>31/12/2020</u>		
		<u>Faixa de vencimento</u>		
		<u>0 a 90 dias</u>	<u>91 a 365 dias</u>	<u>Total</u>
Operações compromissadas	94,5% - 99,5% DI (*)	99.330	-	99.330

(*) Depósitos Interbancários: taxa de juros que lastreia as operações entre instituições financeiras.

6. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a) Composição e classificação da carteira de títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira própria estão classificados como:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Títulos de renda fixa	819.744	591.419
Cotas de fundo de investimento - FIDC TAPSO (i)	4.589.492	3.072.022
Cotas de fundo de investimento - FIDC SOMA (ii)	811.841	889.047
Cotas de fundo de investimento - FIDC AR II (iii)	46.237	323.564
Cotas de fundo de investimento - FIDC AR III (iii)	282.708	277.436
Cotas FIDC MUT	30.369	-
Títulos para negociação	<u>6.580.391</u>	<u>5.153.488</u>

O valor justo dos títulos de renda fixa é apurado a partir dos valores atualizados da taxa de juros DI disponibilizadas ao mercado através de órgão oficiais (B3, BACEN, etc.).

As aplicações em cotas de fundos de investimento referem-se a fundos de investimento em direitos creditórios ("FIDC" ou, coletivamente "FIDCs"). Os FIDCs são administrados e custodiados pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e pelo Plural S.A. Banco Múltiplo.

- (i) O TAPSO FIDC ("FIDC TAPSO") iniciou suas atividades em 29 de dezembro de 2016, com o objetivo de antecipar a carteira de recebíveis provenientes das transações a crédito realizadas pelos estabelecimentos comerciais. O fundo pertence 99,8% ao Grupo StoneCo, sendo que em 30 de junho de 2021, a Stone detém participação de 43,1% das cotas (35,3% em 31 de dezembro de 2020), a subsidiária MNL T Soluções de Pagamentos S.A. ("MNL T") 20,4% (23,3% em 31 de dezembro 2020) e a subsidiária Pagar.me Pagamentos S.A. ("Pagar.me") 1,6% (1,8% em 31 de dezembro 2020).
- (ii) Em outubro de 2019 foi constituído o SOMA FIDC ("FIDC SOMA") sob forma de condomínio fechado, de modo que as cotas somente serão resgatadas ao término do respectivo prazo de duração das classes de cotas ou em caso de liquidação do FIDC SOMA. O FIDC SOMA terá prazo de duração indeterminado, podendo ser liquidado por deliberação da Assembleia Geral. A Stone detém 50,3% das cotas do FIDC SOMA em 30 de junho de 2021(50,3% em 31 de dezembro de 2020).
- (iii) O FIDC Bancos Emissores de Cartão de Crédito - Stone I ("FIDC AR I") e o FIDC Bancos Emissores de Cartão de Crédito - Stone II ("FIDC AR II") foram constituídos no exercício de 2017 sob a forma de condomínios fechados, com prazo de 20 anos, regidos pela Resolução do CMN nº 2.907/01, pela Instrução CVM nº 356/01, pelos termos do Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. Em 21 de julho de 2020 foi constituído o FIDC Bancos Emissores de Cartão de Crédito - Stone III ("FIDC AR III") para ser utilizado como fonte de captação de recursos, o FIDC AR III foi constituído de forma semelhante ao FIDC AR I, o qual foi encerrado em junho de 2020. Em 30 de junho de 2021 a Stone detém 100,0% do FIDC AR II (16,6% em 31 de dezembro de 2020) e em 30 de junho de 2021 a Stone detém 10,1% do FIDC AR III (9,9% em 31 de dezembro de 2020).

Os FIDCs devem manter, após 90 dias do início das atividades, no mínimo 50% de seu patrimônio líquido na aquisição de direitos creditórios elegíveis. As práticas contábeis utilizadas pela Companhia no que tange ao reconhecimento do investimento sobre as cotas estão de acordo com as normas adotadas no Brasil e com critérios determinados pelo BACEN.

Apesar da duração dos FIDCs ser de 20 anos ou duração indeterminada, o prazo de recebimento é menor que 12 meses, ou seja, é de entendimento da Companhia que o valor deve ser registrado no ativo circulante.

b) Abertura por faixa de vencimento dos títulos e valores mobiliários

	30/06/2021		
	0 a 90 dias	91 a 365 dias	Total
Livres			
Cotas de fundo de investimento - FIDCs	-	5.760.647	5.760.647
Vinculados A Prestação De Garantias			
Títulos de renda fixa	819.744	-	819.744
	819.744	5.760.647	6.580.391
	31/12/2020		
	0 a 90 dias	91 a 365 dias	Total
Livres			
Cotas de fundo de investimento - FIDCs	-	4.562.069	4.562.069
Vinculados A Prestação De Garantias			
Títulos de renda fixa	591.419	-	591.419
	591.419	4.562.069	5.153.488

c) Instrumentos financeiros derivativos

Contabilidade de hedge

Durante 2020, a Companhia realizou operações de hedge, utilizando contratos de Non-Deliverable Forward (“NDF”), para transações futuras altamente prováveis de compras de Pin Pads e POS, sujeitas à exposição cambial. As transações foram eleitas para contabilidade de hedge e classificadas como hedge de fluxo de caixa, em conformidade com a Circular BACEN nº 3.082/02.

Em 14 de janeiro de 2021, a Companhia acordou com os fornecedores de Pin Pads e POS para que as novas compras não fossem mais indexadas à moeda estrangeira. Em virtude desse acordo, não foram realizadas novas operações de hedge desde então e as operações anteriormente designadas foram descontinuadas para fins de contabilidade de hedge.

Os detalhes das operações e posição de ativo, passivo e patrimônio líquido em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 são apresentadas a seguir:

Contraparte	Nocional em US\$ (i)	Taxa de câmbio contratada (R\$ por US\$ 1,00)	Nocional em R\$ (i)	Data da transação	Data de vencimento	30 de junho de 2021			31 de dezembro de 2020
						Parcela efetiva – Ganho / (Perda) (ii)	Parcela inefetiva – Receita / (Despesa) (iii)	Hedge accounting descontinuado – Receita / (Despesa) (iv)	Valor justo – Ativo / (Passivo)
Banco BTG Pactual S.A.	3.951	5,40	21.340	07/0720	04/01/21	(288)	(518)	-	(806)
Banco BTG Pactual S.A.	(1.100)	5,31	(5.837)	05/0820	04/01/21	-	121	-	121
Banco Safra S.A.	2.900	5,33	15.450	05/08/20	01/02/21	-	-	430	(418)
Banco Safra S.A.	(600)	5,26	(3.158)	17/09/20	04/01/21	-	39	-	39
Banco Votorantim S.A.	(150)	5,26	(790)	17/09/20	01/02/21	-	-	(32)	12
Banco Votorantim S.A.	1.900	5,27	10.020	17/09/20	01/03/21	-	-	487	(165)
Banco Votorantim S.A.	2.900	5,63	16.333	21/10/20	01/04/21	-	-	190	(1.270)
Banco Votorantim S.A.	(2.750)	5,20	14.302	14/01/21	01/02/21	-	-	(756)	-
Banco Votorantim S.A.	(1.900)	5,21	9.893	14/01/21	01/03/21	-	-	(614)	-
Banco Votorantim S.A.	(2.900)	5,21	15.118	14/01/21	01/04/21	-	-	(1.404)	-
					Valor líquido	(288)	(358)	(1.699)	(2.487)

- (i) Os valores negativos representam as operações de hedge designadas para eliminar a variação cambial dos hedges originais em função de (i) redução nas estimativas de compras futuras de Pin Pads & POS e (ii) eliminação da exposição cambial.
- (ii) Durante a vida do hedge, esse valor é reconhecido no patrimônio líquido, em “Outros resultados abrangentes”, mas posteriormente (quando liquidado) é reclassificado para “Imobilizado de uso”, no balanço patrimonial. Em 30 de junho de 2021, não há parcela efetiva reconhecida no patrimônio líquido, pois todas as transações foram liquidadas até 1º de abril de 2021 (R\$ 1.512, líquido de impostos, em 31 de dezembro de 2020).

(iii) Reconhecido na demonstração dos resultados, na rubrica “Resultado com instrumentos financeiros derivativos”. A inefetividade se deve a (i) um menor volume de compras de Pin Pads e POS do que o volume coberto, (ii) um desconto comercial no momento da compra, e (iii) operações de hedge designadas devido à redução nas estimativas de compras futuras de Pin Pads e POS.

(iv) Reconhecido na demonstração do resultado, na rubrica “Resultado com instrumentos financeiros derivativos”.

Outros instrumentos financeiros derivativos

Em 2021, a Companhia efetuou operações de hedge econômico, utilizando contratos de Non-Deliverable Forward (“NDF”), para proteção de exposição cambial de passivos junto a fornecedores no exterior. Em conformidade com a Circular Bacen nº 3.082, os saldos decorrentes dessas operações são ajustados periodicamente pelo seu valor de mercado e os ganhos e perdas resultantes são computados no resultado do período. Em 30 de junho de 2021, o saldo destas operações representa um passivo de R\$ 744 (*nil* em 30 de dezembro de 2020).

7. Contas a receber de emissores

Os valores a receber de bancos emissores de cartões decorrentes das transações realizadas com cartões de crédito e de débito feitas pelos portadores de cartões, correspondem a R\$ 13.230.343 em 30 de junho de 2021 (R\$ 10.871.442 em 31 de dezembro de 2020).

O prazo médio de recebimento é de 68 dias em 30 de junho de 2021 e de 49 dias em 31 de dezembro de 2020.

8. Contas a receber e Obrigações vinculadas a cessão

Os recebíveis de emissores de cartões detidos pela Stone que foram cedidos para FIDCs e para uma entidade privada são mantidos no balanço patrimonial, pois há retenção substancial dos riscos e benefícios, sendo também reconhecida uma obrigação pelo repasse ou antecipação dos recursos.

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Contas a receber de emissores vinculadas a cessão	3.581.805	5.231.865
	<u>3.581.805</u>	<u>5.231.865</u>
Obrigações vinculadas a cessão	(3.510.098)	(5.163.778)
	<u>(3.510.098)</u>	<u>(5.163.778)</u>

9. Rendas a receber

As rendas a receber de transações de pagamento referem-se principalmente a valores a receber de clientes, oriundos do aluguel de equipamentos e prestação de serviços de transação financeira. O montante é de R\$ 127.151, sendo, R\$ 96.525 no curto prazo e R\$ 30.626 no longo prazo em 30 de junho de 2021 (R\$ 121.107, sendo, R\$ 92.337 no curto prazo e R\$ 28.770 no longo prazo em 31 de dezembro de 2020).

10. Outros ativos diversos

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Dividendos a receber (Nota 28)	36.334	33.746
Adiantamentos diversos e antecipações salariais	145.251	29.817
Devedores por depósitos em garantia	8.478	11.987
Valores a receber de sociedades ligadas (Nota 28)	78.680	6.688
Valores a receber de clientes por chargeback	13.388	8.368
Valores a receber das bandeiras	14.489	8.055
Outros	19.877	8.962
	<u>316.497</u>	<u>107.623</u>
Circulante	230.749	89.436
Não circulante	85.748	18.187

11. Despesas antecipadas

As despesas antecipadas referem-se principalmente a valores com propaganda e publicidade. O montante é de R\$ 286.542 em 30 de junho de 2021 (R\$ 46.074 em 31 de dezembro de 2020).

12. Investimentos

	Participação societária			Ágio sobre aquisição	Total
	MNLT	Pagar.me	Stone SCD		
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.355.912	19.979	10.914	94.864	2.481.669
Aumento de capital	-	-	10.000	-	10.000
Amortização de ágio	-	-	-	(18.933)	(18.933)
Equivalência patrimonial	108.358	6.815	(1.203)	-	113.970
Equivalência reflexa sobre efeitos no patrimônio líquido de controladas	693	98	139	-	930
Distribuição de dividendos		-	-	-	(77.752)
	(77.752)				
Saldo em 30 de junho de 2020	2.387.211	26.892	19.850	75.931	2.509.884
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.092.647	31.245	67.317	56.774	2.247.983
Aumento de capital	-	-	430.000	-	430.000
Amortização de ágio				(18.847)	(18.847)
Equivalência patrimonial	77.061	(8.419)	(5.807)	-	62.835
Reflexo de pagamento baseado em ações	1.005	332	146	-	1.483
Distribuição de dividendos	-	(2.587)	-	-	(2.587)
Saldos em 30 de junho de 2021	2.170.713	20.571	491.656	37.927	2.720.867

MNLT Soluções de Pagamento S.A (“MNLT”)

Em 22 de abril de 2016, a Stone adquiriu 100% do capital da MNLT, naquela data denominada Elavon do Brasil Soluções de Pagamentos S.A., uma empresa de soluções de pagamento formada em 2012 como uma *joint venture* entre Elavon Inc., subsidiária da U.S. Bankcorp, e o Citibank, subsidiária do Citigroup. A MNLT possuía autorização para operar com bandeiras de aceitação internacional como Visa, Mastercard, Diners e Discover. Além disso a MNLT também estava autorizada a operar as bandeiras de pagamentos de benefícios VR e Ticket.

O montante pago pela aquisição de 100% da MNLT foi de R\$ 1,00 (um real). O patrimônio líquido negativo da MNLT na data da aquisição era R\$ 188.918, o que gerou um ágio na aquisição do investimento.

Em 30 de abril de 2019, a MNLT recebeu aumento de capital no valor de R\$ 8.500, totalmente subscrito e integralizado.

Pagar.me Pagamentos S.A. ("Pagar.me")

Em decorrência da incorporação da parcela residual da StoneCo Brasil, em 4 de dezembro de 2019, a Stone passou a ser detentora de 100% das ações ordinárias da Pagar.me, empresa constituída em julho de 2013, tendo como principal objeto a prestação de serviços de tecnologia em gestão de pagamento.

Em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") realizada em 29 de junho de 2021, foi aprovado aumento de capital da Pagar.me no valor total de R\$ 40.000, mediante a emissão de 40.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e parcialmente integralizado, é de R\$ 52.275.858,11 (cinquenta e dois milhões, duzentos e setenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e onze centavos), dividido em 40.002.500 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Stone SCD")

Em 22 de julho de 2019, o BACEN autorizou o funcionamento da empresa Stone SCD, enquadrada no Segmento S5, uma instituição financeira que tem por objeto a realização de operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio. Além desses, a Stone SCD pode prestar apenas os seguintes serviços: (i) análise e cobrança de crédito para terceiros; (ii) atuação como representante de seguros na distribuição de seguro relacionado com as operações realizadas; e (iii) emissão de moeda eletrônica.

Em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") realizada em 29 de novembro de 2019, foi aprovado aumento de capital da Stone SCD no valor total de R\$ 20.000, mediante a emissão de 20.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As novas ações foram integralizadas pela Stone, em moeda corrente nacional, da seguinte forma: (i) R\$ 10.000 foram integralizados na data da AGE; e (ii) R\$ 10.000 foram integralizados em 07 de abril de 2020. O aumento de capital foi homologado pelo BACEN em 7 de janeiro de 2020.

Em AGE realizada em 14 de outubro de 2020, foi aprovado aumento de capital da Stone SCD no valor total de R\$ 100.000, mediante a emissão de 100.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As novas ações foram integralizadas pela Stone, em moeda corrente nacional, da seguinte forma: (i) R\$ 50.000 foram integralizados na data da AGE; e (ii) R\$ 50.000 a ser integralizado em até 12 meses contados a partir da data da AGE.

Em 9 de junho de 2021 a Companhia recebeu a autorização do BACEN para o aumento de capital, aprovado em AGE realizada em 4 de junho de 2021, no valor total de R\$ 80.000, mediante a emissão de 80.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As novas ações foram integralizadas pela Stone na data da AGE.

Em 14 de junho de 2021 a Companhia recebeu a autorização do BACEN para o aumento de capital, aprovado em AGE realizada em 9 de junho de 2021, no valor total de R\$ 300.000, mediante a emissão de 300.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As novas ações foram integralizadas pela Stone na data da AGE.

Em 30 de junho de 2021, o capital social da Companhia, é representado por 501.000.000 ações ordinárias, em sua totalidade nominativas e sem valor nominal, no valor total de R\$ 501.000 totalmente subscrito e integralizado.

13. Imobilizado de uso

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Saldo em 30/06/2021
Pinpad e POS	656.053	188.629	(31.817)	812.865
Máquinas e aparelhos e equipamentos	12.761	-	-	12.761
Equipamentos de informática	42.681	19.266	(2.461)	59.486
Móveis e utensílios	9.221	1.410	-	10.631
Benfeitorias em propriedades de terceiros	13.166	8.113	(475)	20.804
Instalações	3.049	1.211	(467)	3.793
Equipamentos de telefonia	3.712	831	-	4.543
Veículos	16.123	30.496	-	46.619
Custo	756.766	249.956	(35.220)	971.502
Pinpad e POS	(228.852)	(75.648)	6.152	(298.348)
Máquinas e aparelhos e equipamentos	(10.510)	(825)	-	(11.335)
Equipamentos de informática	(12.012)	(5.754)	208	(17.558)
Móveis e utensílios	(1.422)	(492)	-	(1.914)
Benfeitorias em propriedades de terceiros	(982)	(1.542)	348	(2.176)
Instalações	(227)	(172)	82	(317)
Equipamentos de telefonia	(2.601)	(1.045)	-	(3.646)
Veículos	(1.410)	(2.078)	-	(3.488)
Depreciação acumulada	(258.016)	(87.556)	6.790	(338.782)
Imobilizado de uso, líquido	498.750	162.400	(28.430)	632.720

14. Intangível

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 30/06/2021
Software	141.771	51.124	(1.757)	(1)	191.137
Licenças de uso de bandeiras	5.674	-	-	-	5.674
Marcas e patentes	20	-	-	-	20
Direito sobre contrato de representação	726	-	-	-	726
Custo	148.191	51.124	(1.757)	(1)	197.557
Software	(35.933)	(15.160)	-	1	(51.092)
Licenças de uso de bandeiras	(4.126)	(430)	-	-	(4.556)
Marcas e patentes	(1)	(2)	-	-	(3)
Direito sobre contrato de representação	(686)	(40)	-	-	(726)
Amortização acumulada	(40.746)	(15.632)	-	1	(56.377)
Intangível	107.445	35.492	(1.757)	-	141.180

15. Depósitos

A Stone possui saldo de moeda eletrônica mantido em contas pagamento, que constitui patrimônio separado, que não se confunde com o da instituição de pagamento, no montante de R\$ 786.098 em 30 de junho de 2021 (R\$ 654.699 em 31 de dezembro de 2020).

Conforme exigido pela regulamentação, tais valores foram aplicados em depósitos em moeda eletrônica no BACEN no montante de R\$ 57.217 (R\$ 123.488 em 31 de dezembro de 2020) e em títulos públicos no montante de R\$ 819.744 (R\$ 591.419) em 31 de dezembro de 2020), classificados como títulos de renda fixa para negociação.

16. Obrigações por empréstimos

	<u>Saldo em 31/12/2020</u>	<u>Captações</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Juros incorridos</u>	<u>Saldo em 30/06/2021</u>
Empréstimos (i)	390.363	2.808.000	(1.519.238)	17.761	1.696.886
Debêntures (ii)	399.083	-	(5.155)	5.423	399.351
	<u>789.446</u>	<u>2.808.000</u>	<u>(1.524.393)</u>	<u>23.184</u>	<u>2.096.237</u>
Circulante	390.363				1.696.886
Não circulante	399.083				399.351

	<u>Saldo em 31/12/2019</u>	<u>Captações</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Juros incorridos</u>	<u>Saldo em 30/06/2020</u>
Empréstimos	1.777.097	2.420.000	(3.607.761)	21.016	610.352
Debêntures	397.729	-	(5.545)	6.660	398.844
	<u>2.174.826</u>	<u>2.420.000</u>	<u>(3.613.306)</u>	<u>27.676</u>	<u>1.009.196</u>

(i) Empréstimos em moeda nacional

No primeiro semestre de 2021, foram emitidas um montante de R\$ 2.808.000 de novas CCBs, dos quais R\$ 1.696.886 estavam em aberto em 30 de junho de 2020, com vencimento até outubro de 2021 e juros remuneratórios na faixa de CDI + 0,68% a CDI + 0,85% a.a. Os recursos desses empréstimos foram utilizados principalmente na antecipação de recebíveis.

(ii) Debêntures privadas

Em 12 de junho de 2019, a Companhia realizou a primeira emissão de debêntures simples, em série única, da espécie com garantia real, não conversíveis em ações, para distribuição pública com esforços restritos de colocação. A emissão totalizou o montante de R\$ 400.000 e estabelece como data de vencimento o dia 01 de julho de 2022.

A remuneração das debêntures contempla juros remuneratórios contratuais baseados na variação percentual acumulada de 101,40% da taxa média diária do DI. Os juros remuneratórios são pagos mensalmente a partir da data de emissão.

17. Outras obrigações

a) Obrigações sociais e estatutárias

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Dividendos e bonificações a pagar	54.079	96.639
Provisão para participações nos lucros	933	76.216
	<u>55.012</u>	<u>172.855</u>

b) Impostos e contribuições a recolher

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	-	75.710
Impostos e contribuições a pagar	28.645	29.448
Outros	4.857	4.169
	<u>33.502</u>	<u>109.327</u>

c) Outros passivos diversos

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Contas a pagar ao FIDC TAPSO	8.507.811	7.962.429
Valores a pagar a sociedades ligadas (Nota 28)	506.591	315.458
Outros	134.115	94.349
	<u>9.148.517</u>	<u>8.372.236</u>
Circulante	9.140.954	8.367.264
Não circulante	7.563	4.972

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de junho de 2021 o capital social é representado por 155.667.135 ações ordinárias (em 31 de dezembro de 2020 – 155.667.135 ações ordinárias), em sua totalidade nominativas e sem valor nominal, no valor total de R\$ 869.445 (R\$ 869.445 em 31 de dezembro de 2020), totalmente subscritas e integralizadas.

Em 22 de maio de 2019 a Companhia recebeu a autorização do BACEN para o aumento de capital, aprovado em AGE realizada em 25 de outubro de 2018, no valor total de R\$ 1.701.462, dos quais R\$ 5.423 foram integralizados em 01 de fevereiro de 2019.

Conforme AGE realizada em 06 de junho de 2019, a Companhia reduziu seu capital social, no montante total de R\$ 1.600.000, por considerá-lo excessivo a seu objeto social. A redução foi aprovada pelo BACEN em 14 de outubro de 2019 e o pagamento foi efetuado em novembro de 2020.

Conforme AGE realizada em 04 de dezembro de 2019, a Stone incorporou o acervo líquido residual da StoneCo Brasil Participações S.A., gerando aumento de capital no montante de R\$ 276.191, com a emissão de 49.449.803 ações ordinárias e sem valor nominal.

Ações ordinárias têm direito ao recebimento de dividendos conforme definido no Estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

b) Reserva de capital

No semestre findo em 30 de junho de 2021, a Stone constituiu uma reserva adicional no montante de R\$ 44.646 (R\$ 4.797 no semestre findo em 30 de junho de 2020) para a distribuição de remuneração baseada em ações (Nota 31).

c) Reserva de lucros

Nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, a Stone não constituiu reserva legal no semestre findo em 30 de junho de 2021 (R\$ 4.077 no semestre findo em 30 de junho de 2020), equivalente a 5% do lucro líquido, a qual não pode exceder de 20% do capital social.

d) Dividendos e Juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado após destinações previstas na legislação societária brasileira. Conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, em seu artigo 9º, o valor dos juros pagos ou creditados pela pessoa jurídica, a título de remuneração do capital próprio, pode ser imputado ao valor dos dividendos.

Em AGE realizada em 15 de agosto de 2019, foi aprovada a distribuição de R\$ 182.000 a título de dividendos intercalares com base no balanço patrimonial de 30 de junho de 2019, dos quais R\$ 127.525 foram liquidados ao longo do exercício de 2019 e R\$ 36.997 ao longo do exercício de 2020.

Em AGE realizada em 20 de dezembro de 2019, foi aprovada a distribuição de R\$ 32.596 a título de juros sobre capital próprio, a ser liquidado pela Companhia em um prazo conveniente ao seu acionista.

Em AGE realizada em 26 de junho de 2020, foi aprovada a distribuição de R\$ 29.907 a título de juros sobre capital próprio, a ser liquidado pela Companhia em um prazo conveniente ao seu acionista.

Em AGEs realizadas em 30 de novembro e 31 de dezembro de 2020, foram aprovadas as distribuições de R\$ 23.686 e R\$ 4.522, respectivamente, a título de juros sobre capital próprio, a serem liquidados pela Companhia em um prazo conveniente ao seu acionista.

Em AGE realizada em 30 de junho de 2021, foi aprovada a distribuição de R\$ 31.222 a título de juros sobre capital próprio, a ser liquidado pela Companhia em um prazo conveniente ao seu acionista.

No semestre findo em 30 de junho de 2021, a Companhia liquidou o valor de R\$ 73.845 referente a dividendos e juros sobre capital próprio de períodos anteriores.

19. Receitas operacionais

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Receita de serviços de transações de pagamento e outros serviços	628.333	456.470
Impostos sobre receita de serviços de transações de pagamento e outros serviços	(71.933)	(51.580)
Receita líquida de serviços de transações de pagamento e outros serviços	556.400	404.890
Receita de aluguel de equipamentos	221.194	169.509
Impostos sobre receita de aluguel de equipamentos	(20.460)	(15.700)
Receita líquida de aluguel de equipamentos	200.734	153.809
Receita por antecipação de obrigações de transações de pagamento	126.913	151.007
Impostos sobre receita por antecipação de obrigações de transações de pagamento	(4.144)	(6.057)
Receita líquida por antecipação de obrigações de transações de pagamento	122.769	144.950
Total	879.903	703.649

20. Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Cessão definitiva	105.097	71.004
Cessão com retenção de riscos e benefícios	79.869	88.154
	<u>184.966</u>	<u>159.158</u>

21. Custo dos serviços prestados

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Processamento de dados	100.661	60.976
Despesas com serviços associados a transações de pagamento	64.591	39.533
Comunicações	20.867	18.217
Transportes	14.769	11.746
Outros (i)	26.767	12.958
	<u>227.655</u>	<u>143.430</u>

(i) Referem-se principalmente a gastos diretamente atribuíveis ao funcionamento de Pin Pad e POS, tais como bobinas, acessórios, armazenagem, etc.

22. Despesas de pessoal

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Salários e proventos	266.986	172.853
Encargos sociais	81.886	58.042
Benefícios	58.037	40.214
Treinamentos	2.778	1.325
	<u>409.687</u>	<u>272.434</u>

23. Despesas administrativas

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Publicidade, promoções e relações públicas	47.697	18.664
Serviços técnicos especializados	20.071	15.485
Processamento de dados	17.992	3.984
Despesas tributárias (i)	16.874	8.648
Aluguéis	15.197	8.122
Viagens	12.669	7.975
Comunicações	5.253	2.584
Eventos internos	3.697	2.570
Transportes	2.133	1.595
Despesas de Seguros	1.841	-
Serviços de vigilância e segurança	1.656	1.300
Serviços do sistema financeiro	1.207	-
Manutenção e conservação de bens	1.147	745
Materiais	1.109	972
Água, energia e gás	422	1.692
Outros	5.496	5.766
	<u>154.461</u>	<u>80.102</u>

(i) Referem-se principalmente a despesas de PIS e COFINS incidentes sobre resultado de aplicações financeiras de liquidez e títulos e valores mobiliários.

24. Despesas de provisões

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Provisão para perdas operacionais (i)	16.857	9.434
Provisão para contingências	3.267	2.628
	<u>20.124</u>	<u>12.062</u>

(i) Refere-se principalmente a provisões para perdas esperadas com risco de crédito.

25. Outras receitas operacionais

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Recuperação de perdas operacionais	6.262	8.522
Variação monetária ativa	-	1.618
Variação cambial ativa	1.292	1.892
Descontos obtidos	1.100	1.598
	<u>8.654</u>	<u>13.630</u>

26. Outras despesas operacionais

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Despesas de comissões com parceiros	34.937	21.281
Perdas operacionais	45.376	41.278
Variação cambial passiva	-	100
Variação monetária passiva	1.222	524
Outras despesas operacionais	1.583	760
	<u>83.118</u>	<u>63.943</u>

27. Resultado não operacional

Os valores reconhecidos como resultado não operacional são decorrentes principalmente ao custo de alienação de ativos, doações e patrocínios. O resultado líquido no semestre findo em 30 de junho de 2021 foi negativo em R\$ 3.627 (no semestre findo em 30 de junho de 2020 – negativo em R\$ 16.595).

28. Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas compreendem as empresas controladas do grupo, acionistas, pessoal-chave da administração e quaisquer negócios que são controlados, direta ou indiretamente, pelos acionistas e conselheiros sobre os quais exercem influência significativa.

Ativos	30/06/2021	31/12/2020
STNE Participações S.A. (controlador direto comum)	59.584	-
PDCA S.A. (controlador final comum)	12.537	1.121
BUY4 LLC (controlador final comum)	1.697	1.697
Vitta Tecnologia em Saúde S.A. (controlador final comum)	1.100	850
Pagar.me Pagamentos S.A. (controlada)	991	175
Stone Logística Ltda. (controlador direto comum)	866	2.341
Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. (controlada)	775	-
Cappta S.A. (controlador final comum)	337	161
StoneCo Ltd. (controlador final)	277	-
DLP Capital LLC (controlador final)	261	-
TAG Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A. (controlador final comum)	212	47
Mundipagg Tecnologia em Pagamentos S.A. (controlador final comum)	24	282
Stone Franchising Ltda. (controlador final comum)	14	14
Stone Seguros S.A. (controlador final comum)	5	-
Valores a receber de sociedades ligadas (Nota 10)	78.680	6.688
<i>MNLT Soluções de Pagamento S.A. (controlada)</i>	36.334	33.746
Dividendos a receber (Nota 10)	36.334	33.746
Passivos	30/06/2021	31/12/2020
Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. (controlada)	(490.000)	(192)
BUY4 Processamento de Pagamentos S.A. (controlador final comum)	(12.441)	(9.615)
Equals S.A. (controlador final comum)	(3.024)	(2.418)
MNLT Soluções de Pagamentos S.A.	(1.065)	(745)
StoneCo Ltd. (controlador final)	(33)	(33)
Vitta Serviços em Saúde LTDA. (controlador final comum)	(28)	-
STNE Participações S.A. (controlador direto comum)	-	(302.455)
Valores a pagar a sociedades ligadas (Nota 17c)	(506.591)	(315.458)
Pagar.me Pagamentos S.A. (controlada)	(2.424.951)	(1.490.815)
Contas a pagar a estabelecimentos	(2.424.951)	(1.490.815)
Pagar.me Pagamentos S.A. (controlada)	(1.372)	(6.636)
Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. (controlada)	(1.267)	(68.853)
Cappta S.A. (controlador final comum)	(1.088)	309
Stone Seguros S.A. (controlador final comum)	(1.000)	(1.000)
VHSYS Sistema de Gestão S.A. (pessoal chave da administração comum)	(29)	-
Stone Franchising Ltda. (controlador final comum)	(9)	-
Depósitos	(4.765)	(76.180)
Receitas	30/06/2021	30/06/2020
Pagar.me Pagamentos S.A. (controlada)	1.609	3.076
Cappta S.A. (controlador final comum)	4	7
Total	1.613	3.083

Despesas	30/06/2021	30/06/2020
BUY4 Processamento de Pagamentos S.A. <i>(controlador final comum)</i>	(75.617)	(59.229)
Equals S.A. <i>(controlador final comum)</i>	(18.496)	-
Stone Logística Ltda. <i>(controlador final comum)</i>	(4.412)	-
StoneCo Pagamentos UK Ltd.	(1.211)	-
Collact Serviços Digitais S.A. <i>(controlador final comum)</i>	(693)	(608)
VHSYS <i>(pessoal chave da administração comum)</i>	(592)	(112)
Cappta S.A. <i>(controlador final comum)</i>	(525)	(637)
Mundipagg Tecnologia em Pagamentos S.A. <i>(controlador final comum)</i>	(110)	-
Zurich Consultoria e Participação Ltda.	(16)	-
Linked Gourmet Soluções para Restaurantes S.A. <i>(controlador final comum)</i>	-	(23)
Total	(101.672)	(60.609)

As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das transações, levando-se em consideração a redução de risco.

Principais operações com partes relacionadas:

Valores a receber de sociedades ligadas: Em 30 de junho de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, os saldos referem-se substancialmente a rateios de despesas devidas.

Valores a pagar a sociedades ligadas: Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Stone SCD pagou antecipadamente os valores decorrentes das transações de pagamento realizadas pela Stone Pagamentos aos estabelecimentos comerciais usuário finais recebedores, e se sub-roga em seus direitos, se tornando a nova credora da Stone Pagamentos. Por essa razão, o montante a pagar para a Stone Pagamentos é de R\$ 490.000.

Contas a pagar a estabelecimentos: Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o saldo está composto por obrigações originadas em transações com cartões de débito e crédito, que foram capturadas pela Pagar.me. A atividade da Pagar.me consiste na prestação de serviço de subadquirência de estabelecimentos comerciais, com a Stone sendo o principal veículo de aquisição utilizado por ela.

Depósitos: Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os saldos referem-se a depósitos em contas de livre movimentação das empresas Pagar.me, Stone SCD, Stone Seguros e Cappta.

Receitas: Nos semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020, referem-se substancialmente a receita de juros de antecipação de recebíveis cobradas da Pagar.me.

Despesas: Nos semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020, o montante está composto substancialmente pela prestação de serviços de processamento de transações e de uso licenças de softwares operacionais realizadas pela BUY4 Processamento de Pagamentos S.A., serviços de credenciamento fornecidos pela Collact Serviços Digitais S.A., serviços de consultoria prestados pela VHSYS Sistema de Gestão S.A e software de gestão de recebimentos realizadas pela Equals.

A remuneração global do pessoal-chave da Administração no exercício findo em 30 de junho de 2021 foi de R\$ 29.502 (R\$ 6.312 no semestre findo em 30 de junho de 2020).

29. Imposto de renda e contribuição social

a) Reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Lucro antes dos impostos e participações	(50.626)	85.113
Alíquotas vigentes (%)	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	17.213	(28.938)
Efeitos do imposto de renda e contribuição social sobre:		
Participação nos lucros	-	8.625
Lei do Bem (pesquisa e desenvolvimento)	4.402	4.498
Resultado de equivalência patrimonial	21.364	38.750
Amortização de ágio	(6.408)	(6.437)
Juros sobre o capital próprio	10.615	10.168
Outras despesas permanentes	(291)	(4.865)
Imposto de renda e contribuição social	46.895	21.801
Taxa (%) de alíquota efetiva	93%	-26%
Impostos correntes	4.130	4.498
Impostos diferidos	42.765	17.303
Imposto de renda e contribuição social	46.895	21.801

b) Impostos diferidos

A Stone registra ativos fiscais diferidos conforme prerrogativas da Resolução do CMN nº 4.842/20.

Os ativos fiscais diferidos serão compensados dentro do prazo permitido pela regulamentação acima mencionada. A compensação depende da natureza do crédito gerado. Os ativos fiscais diferidos de impostos e contribuições foram constituídos somente sobre diferenças temporárias.

Ativos fiscais diferidos são avaliados periodicamente, tendo como parâmetro a geração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique a ativação de tais valores.

Os ativos fiscais diferidos e obrigações fiscais diferidas apresentaram as seguintes movimentações no semestre:

	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2020</u>	<u>Movimentação</u>	<u>Saldo em</u> <u>30/06/2021</u>
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL (i)	-	78.477	78.477
Ágio dedutível	48.901	(6.112)	42.789
Provisão para pagamento baseado em ações	27.156	754	27.910
Perdas efetivas	10.850	6.741	17.591
Provisão para perdas esperadas com risco de crédito	9.578	1.344	10.922
Provisão para participações nos lucros	25.913	(25.596)	317
Provisão para contingências	2.832	(957)	1.875
Hedge de fluxo de caixa (ii)	779	(779)	-
Demais diferenças temporárias	18.973	(30.785)	(11.812)
Ativos fiscais diferidos	144.982	23.087	168.069
Reconhecimento de receita - FIDC (iii)	(58.009)	18.262	(39.747)
Obrigações fiscais diferidas	(58.009)	18.262	(39.747)
Impostos diferidos, líquidos	86.973	41.349	128.322

	Saldo em 31/12/2019	Movimentação	Saldo em 30/06/2020
Ágio dedutível	61.127	(6.113)	55.014
Provisão para participações nos lucros	13.933	(13.933)	-
Provisão para pagamento baseado em ações	21.914	(14.805)	7.109
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.399	1.881	9.280
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL (i)	-	4.306	4.306
Provisão Contingências	2.757	(65)	2.692
Hedge de fluxo de caixa (ii)	-	2.251	2.251
Demais diferenças temporárias	11.386	7.698	19.084
Ativos fiscais diferidos	118.516	(18.780)	99.736
Reconhecimento de receita - FIDC (iii)	(55.613)	38.334	(17.278)
Hedge de fluxo de caixa (ii)	-	(146)	(146)
Obrigações fiscais diferidas	(55.613)	38.188	(17.424)
Total	62.903	19.408	82.312

- (i) A companhia apresentou prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social passíveis de compensação, os quais espera reverter ainda no exercício de 2021.
- (ii) Os efeitos tributários diferidos gerados pelas transações de hedge de fluxo de caixa estão reconhecidos em outros resultados abrangentes.
- (iii) A Stone é cotista do FIDC TAPSO, um fundo fechado. Para fins de uniformização dos critérios contábeis, a receita do FIDC TAPSO é reconhecida pela Companhia de acordo com os critérios de reconhecimento de antecipação de recebíveis.

A realização dos ativos fiscais diferidos está estimada da seguinte forma:

Ano	Valor
6M2021	85.652
2022	32.728
2023	17.570
2024	12.225
2025	6.235
2026 em diante	13.659
Total	168.069

O valor presente estimado dos ativos fiscais diferidos em 30 de junho de 2021 é de R\$ 155.730, descontados à taxa média de captação da Companhia.

30. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

a) Ativos contingentes

Em 30 de junho de 2021 e 31 dezembro de 2020, não existem processos classificados pela Administração como prováveis de realização.

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis

(i) Provisões trabalhistas - Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos.

(ii) Provisões cíveis - Os valores das contingências são avaliados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos.

As movimentações das provisões para contingências, ocorridas no semestre, estão a seguir apresentadas:

	<u>Trabalhista</u>	<u>Cível</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	196	7.912	8.108
Adições	240	2.916	3.156
Reversões	(103)	(425)	(528)
Pagamentos	(82)	(2.736)	(2.818)
Saldos em 30 de junho de 2020	251	7.667	7.918
Saldos em 31 de dezembro de 2020	206	8.123	8.329
Adições	281	4.407	4.688
Reversões	(81)	(1.340)	(1.421)
Pagamentos	(52)	(6.031)	(6.083)
Saldos em 30 de junho de 2021	354	5.159	5.513

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Cível	44.590	39.914
Trabalhista	25.697	13.332
Tributário	1.253	-
Total	71.540	53.246

A Companhia é parte de uma ação judicial impetrada por uma instituição financeira contra um comerciante credenciado em que a Companhia foi chamada como parte ligada ao comerciante, e solicitada a se abster de efetuar o pré-pagamento de recebíveis relacionados a quaisquer créditos do comerciante credenciado, provenientes de cartões de crédito e débito, além de ter sido solicitado que os valores provenientes das transações sejam pagos no domicílio bancário da instituição financeira demandante da ação. Em função da reavaliação do valor envolvido na ação durante o primeiro trimestre de 2020, visto que não há ações diretamente contra a Stone, e a perda possível deriva exclusivamente de honorários advocatícios, o valor considerado como perda possível foi de R\$ 9.574 em 30 de junho de 2021 (R\$ 9.132 em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia também é parte em ação judicial movida por uma instituição financeira vítima de fraude. No processo em comento, a instituição financeira solicita a retenção e repatriação de valores transacionados de forma possivelmente espúria através dos sistemas de pagamento da Companhia. O valor considerado como perda possível é de R\$ 5.904 em 30 de junho de 2021 (R\$ 5.631 em 31 de dezembro de 2020).

d) Órgãos reguladores

Não existem processos administrativos em curso, por parte do Sistema Financeiro Nacional, que possam impactar representativamente o resultado e as operações da Stone.

31. Pagamento baseado em ações

Em setembro de 2018, a Companhia outorgou Unidades de Ações Restritas (“UARs”) e opções de ações. Essas concessões são classificadas como patrimônio líquido, a maioria das outorgas está sujeita a condições de desempenho e a despesa de remuneração relacionada será reconhecida durante o período de qualificação. Este programa está vinculado às condições de desempenho individual e corporativo, sendo que a forma de outorga das ações segue as regras de período de aquisição de direito (“*vesting period*”) estabelecidas e aplicadas de acordo com a política interna corporativa, a saber: aproximadamente 6% foram adquiridas até o IPO da StoneCo Ltd., 9% adquiridas em 4 anos, 18% adquiridas em 5 anos, 21% adquiridas em 7 anos e 46% adquiridas em 10 anos.

A prestação de serviço do empregado em contrapartida ao prêmio em ações é mensurada com base no valor justo na data da outorga do prêmio.

As movimentações ocorridas nos semestres findos em junho de 2020 e 2021 nas quantidades de UARs e opções de ações são apresentadas abaixo:

	UARs	Opções	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	3.485.199	26.706	3.511.905
Outorgas	196.096	-	196.096
Emitidas	(247.935)	-	(247.935)
Transferências entre empresas do grupo	160.002	-	160.002
Canceladas	(32.236)	(1.134)	(33.370)
Saldo em 30 de junho de 2020	3.561.126	25.572	3.586.698
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.591.668	25.572	3.617.240
Outorgas	2.157.477	-	2.157.477
Emitidas	(116.723)	-	(116.723)
Transferências entre empresas do grupo	49.180	-	49.180
Saldo em 30 de junho de 2021	5.681.602	25.572	5.707.174

No semestre findo em 30 de junho de 2021, foi reconhecida provisão em despesas de pessoal, incluindo encargos no valor de R\$ 67.271 (R\$ 9.922 no semestre findo em 30 de junho de 2020).

No semestre findo em 30 de junho de 2021, a Stone registrou na reserva de capital o montante de R\$ 44.646 (R\$ 4.797 no semestre findo em 30 de junho de 2020) para a distribuição de remuneração baseada em ações.

32. Gerenciamento de riscos

A Gestão de Riscos no Grupo conta com as seguintes frentes de atuação: Risco de Mercado, Liquidez, Crédito, Capital, Operacional, Conformidade e Controles Internos. A gestão de risco das operações é efetuada por meio de controles calcados em políticas internas e equipes independentes das áreas de negócio do Grupo, que monitoram os riscos inerentes às operações e/ou processos, sendo submetidos a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhados às melhores práticas de mercado e aderentes aos princípios de melhoria contínua. Essas estruturas de gerenciamento podem ser assim resumidas:

- a) **Risco de mercado:** é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes das flutuações nos valores de mercado de posições detidas pelo Grupo:

- *Risco pré (taxa de juros)*: É o risco de perdas atrelado a variações na taxa de juros, sendo resultado do descasamento da taxa de juros entre os ativos e passivos, e/ou por variação dos seus vencimentos.
 - *Risco cambial*: Risco relacionado com a probabilidade de perdas financeiras resultantes da flutuação da taxa de câmbio.
- b) **Risco de liquidez**: é o risco de a instituição não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez dos caixas em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, com base em modelos estatísticos e econômico-financeiros, sendo monitoradas diariamente pelas áreas de Tesouraria e Controle de Risco Financeiro. Como partes dos controles diários, são estabelecidos limites de descasamento máximo e de concentração de passivos, que permitem que ações prévias sejam tomadas para garantir um caixa confortável e rentável.
- c) **Risco de crédito**: decorre da possibilidade de uma contraparte não cumprir sua obrigação de pagamento perante o Grupo causando perdas ao mesmo. No contexto operacional da Stone, o risco de crédito corresponde, principalmente, a possibilidade de inadimplência de bancos emissores de cartões e subcredenciadores. O Grupo dispõe de mecanismos para o monitoramento e mitigação desse risco, categorizado por:
- *Emissores*: as áreas de Tesouraria e Controle de Risco Financeiro realizam o monitoramento semanal da exposição por vencimento e emissor, e estabelece parâmetros de avaliação, de acordo com a classificação e porte das contrapartes. Os bancos emissores são classificados em três categorias: (i) "Top 5", que são as instituições pertencentes aos seguintes conglomerados prudenciais: Banco Bradesco S.A.; Itaú Unibanco S.A.; Banco Santander S.A.; Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil S.A.; (ii) Emissores que figuram como devedores nos FIDCs; e (iii) demais emissores. O acompanhamento semanal inclui a exposição em aberto junto aos emissores, a avaliação da concentração dos bancos classificados como Top 5, FIDCs e quatro maiores instituições da categoria de demais emissores, e o detalhamento dos fluxos financeiros a vencer por emissor, nos principais vértices dos valores financeiros a receber. A avaliação da qualidade de crédito dos emissores também considera as classificações das agências internacionais de risco. Na hipótese de aumento significativo na concentração da exposição, deterioração da qualidade creditícia ou evento de inadimplência do emissor, são acionados os mecanismos de mitigação ou plano de contingência. Para mitigação do risco de crédito de emissores, a Stone realiza operações de cessão de direitos creditórios, sem direito de regresso, junto a bancos cessionários com quem o Grupo tenha convênio, FIDCs e demais instrumentos financeiros.
 - *Subcredenciadores*: a área de Risco Transacional monitora periodicamente a exposição ao risco de crédito junto a cada subcredenciador, classificando-os em três grupos, conforme a relevância do volume total de pagamentos ("TPV") e grau de utilização do produto de antecipação de recebíveis. Também são analisados os percentuais de *chargeback* e cancelamento. São realizadas análises dos vencimentos da carteira nas operações de antecipação de recebíveis e pela comparação entre o limite de antecipação (percentual máximo antecipável) e o valor efetivamente antecipado. São criados alertas para variações relevantes no volume antecipado e nos vencimentos da carteira, em comparação com o mês anterior analisados e informados em relatórios periódicos. A mitigação do risco de crédito de subcredenciadores é feita através de garantias concedidas na forma de depósito ou instrumentos financeiros similares, redução parcial ou total no volume de antecipação de recebíveis (caso este ultrapasse o limite definido pelo Grupo), bem como da identificação de deterioração na qualidade de crédito pela área de Risco Transacional. Adicionalmente, a Stone tem a prerrogativa contratual de auditar os subcredenciadores para assegurar que os dados financeiros reportados ao Grupo são válidos e íntegros, e que os montantes recebidos do Grupo são devidamente repassados aos usuários finais recebedores.

- *Demais riscos de crédito:* a identificação dos demais riscos de crédito é realizada pelas áreas de Tesouraria e Risco Transacional por meio da participação no fluxo de criação de novos produtos. A identificação visa assegurar e identificar quais novas operações podem gerar algum tipo de risco de crédito, que deverá ser monitorado. São monitoradas situações de “agenda negativa” em que o volume de *chargeback* e/ou cancelamento ultrapassa o total de direitos creditórios devidos pelo Grupo ao estabelecimento comercial, para que esses casos passem a integrar o cálculo de provisão de risco de crédito, e a área de Cobrança possa atuar de forma ativa junto aos usuários finais recebedores para sua recuperação. Como forma de mitigação, a equipe de Risco Transacional acompanha tais situações e avalia os casos em que é viável solicitar ao instituidor do arranjo a reversão do *chargeback*.
- d) **Gerenciamento de capital:** a Companhia possui uma estrutura para gerenciamento de capital, cujo objetivo é monitorar e controlar o capital mantido por ela, seguindo os requerimentos da Circular BACEN nº 3.681/13. A Companhia mantém patrimônio líquido mínimo, nos termos da regulamentação emitida pelo BACEN. A Companhia mantém recursos líquidos correspondentes aos saldos de moedas eletrônicas mantidas em contas de pagamento, acrescidos dos saldos em trânsito entre contas de pagamento e dos valores recebidos pela instituição ainda não disponibilizados para livre movimentação pelo usuário final.
- e) **Risco operacional:** é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas, conforme eventos descritos na Circular BACEN nº 3.681/13. O Grupo gerencia os riscos operacionais inerentes aos seus negócios, com grande número de operações diárias e dependente de sistemas, de processamento de dados e de tecnologia da informação. O Grupo realiza o gerenciamento de riscos da operação, usando tecnologia avançada para acessar, planejar e implementar estratégias que minimizem riscos potenciais e adversos, que possam afetar as nossas operações. O Grupo utiliza um sistema antifraude no monitoramento das transações efetuadas com cartões de pagamento, que aponta e identifica transações suspeitas de fraude no momento da autorização e envia um alerta ao banco emissor do cartão para que este contate o portador do cartão.
- f) **Risco cibernético:** é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de incidentes cibernéticos, incidente este relacionado ao ambiente cibernético, que:
- Produz efeito adverso ou representa ameaça aos sistemas de tecnologia da informação (TI) ou à informação que esses sistemas processam, armazenam ou transmitem; ou
 - Infringe políticas ou procedimentos de segurança referentes aos sistemas de TI.

O Grupo gerencia os riscos cibernéticos inerentes aos seus negócios como um tópico especial de riscos operacionais, utilizando tecnologia avançada e processos estabelecidos para identificar e proteger seu ambiente, detectar e responder a ameaças e incidentes, e recuperar suas operações em cenários adversos.

O Grupo possui ainda políticas e procedimentos para mitigação dos riscos de segurança cibernética, assegurando a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados e dos sistemas de informação utilizados, e conta com equipes treinadas e dedicadas para mitigação de riscos de segurança cibernética, monitoramento do ambiente informacional, gestão de fornecedores críticos de tecnologia, continuidade de negócios e gestão de incidentes e de vulnerabilidades, seguindo os requerimentos da Circular BACEN nº 3.909/18.

- g) **Conformidade:** o time de Compliance conduz procedimentos relacionados ao gerenciamento do Risco de Conformidade de acordo com as definições e as orientações contidas na Política de Conformidade fundamentada nos requisitos da Resolução do CMN nº 4.595/17 e Circular BACEN nº 3.865/17. Neste contexto, o time monitora a aderência da instituição ao arcabouço legal, à regulamentação infralegal, às recomendações dos órgãos de supervisão e, quando aplicável, aos códigos de ética e de conduta. Não obstante, acompanha e monitora a resolução de eventuais descumprimentos legais e regulamentares apontados pela auditoria independente.

O time de Compliance é também responsável pelo Programa de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo da Stone Pagamentos nos termos da Resolução nº 29/17 do Conselho de Controle de Atividades Financeiras ("COAF") e Circular BACEN nº 3.978/20.

- h) **Controles Internos:** o time de Controles Internos tem como objetivo assegurar a confiabilidade e integridade da informação, a conformidade com políticas, planos, procedimentos, leis, regulamentações e contratos, a salvaguarda do patrimônio, o uso econômico e eficiente de recursos e o cumprimento de objetivos e metas da Companhia.
- i) As principais atividades de controles internos são:
- Avaliar e monitorar a qualidade e efetividade do ambiente de controle para controlar e/ou mitigar os eventos de risco operacional, com periodicidade mínima anual, de forma a certificar o cumprimento dos controles estabelecidos;
 - Garantir revisão e atualização periódicas dos controles internos, de forma que sejam a eles incorporadas medidas relacionadas a eventos de risco operacional novos ou anteriormente não abordados;
 - Acompanhar o endereçamento dos apontamentos levantados pelas auditorias; e
 - Reportar deficiências de controle relevantes associados, com periodicidade mínima anual, referente aos processos avaliados.

33. Outras informações

Desde o início da crise oriunda do Coronavírus (COVID-19), a Companhia prosseguiu monitorando diariamente os efeitos da pandemia na continuidade de suas operações e em seus indicadores financeiros, com reporte direto à administração dentro de comitês específicos, além de melhorias da estrutura de controles internos e do reforço dos exercícios de testes de estresse, com cenários potenciais adicionais decorrentes da crise, incluindo indicadores de liquidez e capital.

Apesar dos impactos do COVID-19 na sociedade em geral, a Companhia apresentou crescimento em sua base de clientes e receitas operacionais e foi capaz de garantir a geração de valor de longo prazo aos seus acionistas, através do oferecimento de novas soluções financeiras aos seus clientes, e de suporte aos colaboradores e à sociedade nesses tempos desafiadores.

A Companhia segue acompanhando os impactos do COVID-19 e seus reflexos na atividade econômica global e brasileira e ressalta que não há risco na continuidade de seus negócios.

34. Eventos subsequentes

Redução de Capital MNL T

Em 01 de julho de 2021, a MNL T vendeu R\$ 700.000 em cotas do FIDC TAPSO à PDCA, empresa que também integra o Grupo StoneCo. Em AGE aprovada na mesma data, a Companhia reduziu capital em R\$ 700.000, passando a ter um capital social de R\$ 1.324.653.

Contrato de Compra e Venda de Ações - PDCA

Em 02 de julho de 2021 foi celebrado um contrato de compra e venda de ações entre as empresas Stone - ("Compradora"), STNE Participações S.A e StoneCo Ltd., ("Vendedoras"), para a alienação da totalidade de ações de emissão da PDCA ("Operação").

Na data da Operação, o capital social da PDCA, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, era de R\$ 877.651, dividido em 877.651 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

A Stone Pagamentos S.A, adquiriu a totalidade das ações de emissão da Companhia na Operação e passou a ser única acionista da PDCA.

"Ato contínuo, em 26 de julho de 2021, a Compradora realizou um aporte de capital na PDCA, no valor total de R\$ 7.837. Assim, o capital social da PDCA passou a ser de R\$ 885.488, dividido em 885.488 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo a totalidade de ações de emissão da PDCA detidas pela Compradora."